



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6.922/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026
T I P O – MAIOR OFERTA

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **Município de Porto Seguro/BA**, por meio da Secretaria Municipal de Ordem Pública, Mobilidade, Segurança, Concessões e Defesa Civil, neste ato representado pelo Secretário Sr.(a) Denisson Matos Rocha, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA, FORMA ELETRÔNICA**, critério de julgamento **MAIOR OFERTA**, nos termos do art.15, inciso II, da Lei Federal nº 8.987/95, para **CONCESSÃO DE OUTORGA A TÍTULO ONEROSO**, com vistas à **Prestação de serviços de remoção e guarda de veículos apreendidos no âmbito do Município de Porto Seguro/BA**, que será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n. 15.263/2023, Lei Complementar nº 123, de 2006 com as suas alterações, Lei Federal n. 8.987/1995, Lei Municipal nº 1.712/2021 e suas alterações, bem como as demais legislações correlatas e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos. A Concorrência Pública, na forma Eletrônica, será realizada em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através de Sistema próprio, na Forma Eletrônica (licitações) da LICITANET (<https://portal.licitanet.com.br>). Os trabalhos serão conduzidos por Servidor da Prefeitura Municipal de Porto Seguro/BA, denominado Agente de Contratação, a Sra Sirleide Santos de Cerqueira (Decreto 16.627/25), auxiliado pela equipe de Apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos a página eletrônica LICITANET (<https://portal.licitanet.com.br>).

Data da sessão: 04/08/2026

Horário: 09h30min

Local-Sítio Eletrônico: <https://portal.licitanet.com.br>

1. DO OBJETO, METAS E PRAZO DA CONCESSÃO (art. 18, I, Lei Federal n. 8987/1995):

1.1. Contratação de empresa especializada, em regime de concessão, a título oneroso, para a prestação dos serviços de remoção e guarda de veículos apreendidos no âmbito do Município de Porto Seguro/BA.

1.2.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	PERCENTUAL MÍNIMO DE REPASSE
1	Contratação de empresa especializada, em regime de concessão, a título oneroso, para a prestação dos serviços de remoção e guarda de veículos apreendidos no âmbito do Município de Porto Seguro, cuja guarda deverá ocorrer dentro da sede municipal.	SERV.	01	10%

1.3. A licitação será realizada em **lote único**, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.4. Os objetivos pretendidos encontram-se no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

1.5. Prazo de vigência: Conforme art. 13 da Lei Municipal n. 1.712/2021, o prazo de vigência da presente concessão será de **04 (quatro) anos**, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, desde que haja interesse público pelo Executivo Municipal e a concessionária atenda a todas as condições e requisitos estabelecidos.

1.6. A descrição das condições necessárias à prestação do serviço, bem como os dados, estudos e projetos necessários à elaboração dos orçamentos e apresentação das propostas encontram-se no Termo de Referência (art. 18, II e IV, Lei n. 8987/95);



1.7. Em obediência ao art. 5º da Lei Federal n.º 8.987/951, a **justificativa sobre a conveniência da outorga** foi publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município – Edição n. 10.716, no dia 01 de abril de 2025.

2. DO CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no <https://portal.licitanet.com.br/>, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Concorrência, em sua forma eletrônica.

2.2. O cadastro no LICITANET deverá ser feito no [LICITANET | Cadastro Fornecedor](#).

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Concorrência.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Concorrência interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no <https://portal.licitanet.com.br/>.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7. O impedimento de que trata o item 4.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.2 e 4.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 4.7.2 e não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.12. Fica vedado ainda na fase de cadastramento da proposta, na análise das propostas iniciais e da apresentação da garantia se for o caso, a identificação do licitante sob pena de desclassificação.

3.13. Em estrita observância ao princípio do sigilo das propostas, fica vedada a inclusão de qualquer elemento que possibilite a identificação do licitante nos documentos e arquivos pertinentes à garantia, sob pena de desclassificação imediata.

3.14. A proibição de identificação aplica-se a todos os arquivos submetidos na fase de cadastramento e análise da proposta, incluindo, obrigatoriamente, o comprovante de recolhimento da garantia de proposta.

3.15. A vedação de que trata o item 4.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.16. **Da Participação de Consórcios (art. 19, Lei Federal n. 8.987/95):** Será admitida a participação de consórcios, desde que atendido o seguinte:

3.17. comprovação de compromisso, público ou particular, de constituição de consórcio, subscrito pelas consorciadas;

3.18. indicação da empresa responsável pelo consórcio;

3.19. apresentação dos documentos exigidos nos incisos V e XIII do artigo 18 da Lei n. 8.987/95, por parte de cada consorciada;

3.20. Será vedada a participação de empresas consorciadas na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente (art. 19, inciso IV, Lei n. 8.987/95).

3.21. De acordo com o art. 19, §1º da Lei n. 8.987/95, o licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do artigo 19 da Lei n. 8.987/95.

3.22. A empresa líder do consórcio é a responsável perante o poder concedente pelo cumprimento do contrato de concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.1 deste Edital.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 ou 4.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.



4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.17. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA:**

4.17.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- a. **A necessidade de atendimento contínuo e ininterrupto (24 horas por dia / 7 dias por semana)** para a execução dos serviços de remoção de veículos em todo o território do Município de Porto Seguro.
- b. **A existência de fluxo variável de veículos apreendidos**, decorrentes das atividades de fiscalização, operações integradas, acidentes, infrações e outras ocorrências que demandam remoção imediata.
- c. **A obrigatoriedade de disponibilização de pátio com capacidade adequada**, infraestrutura segura, monitoramento por câmeras, vigilância 24h e sistema informatizado que permita rastreabilidade e controle dos veículos desde a remoção até a destinação final.
- d. **A necessidade de frota mínima de veículos guincho**, devidamente licenciados e em bom estado de conservação, capazes de atender prontamente às solicitações feitas pelos órgãos competentes.
- e. **A demanda por atendimento presencial ao cidadão**, para liberação de veículos e emissão de documentos, dentro do horário comercial estabelecido pela Administração Municipal.
- f. **A obrigação de realizar inventário fotográfico, registro digital e atualização permanente do controle de permanência dos veículos**, garantindo a integridade, rastreabilidade e transparência das operações.
- g. **A necessidade de suporte às ações de destinação final**, incluindo preparação de veículos e estrutura logística para realização de leilões quando aplicável.

4.19. O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes. (art. 32, Lei Federal n. 8.987/1995)

5. **DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. O licitante somente poderá oferecer lance superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de



executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **percentual de desconto**, observado o mínimo exigido (10%).

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **0,01% (zero vírgula zero um por cento)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Será adotado para o envio de lances na licitação o **modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.12.7. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.12.8. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.12.9. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.12.10. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do percentual registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.16. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.5. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.6. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.6.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.6.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.6.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.6.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.7. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.7.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.7.2. empresas brasileiras;

6.19.7.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.7.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20. Em igualdade de condições, será dada preferência à proposta apresentada por empresa brasileira (art. 15, §4º, Lei Federal 8.987/95).

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.21.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.5. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.6. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



6.22. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 4.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.5.1 e 5.7 deste edital.

8.1. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 92 a art. 98 do Decreto Municipal nº 15.263/23.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1. conter vícios insanáveis;

7.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.7.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.7.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.



7.7.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.2.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico/termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia simples ou por cópia autenticada.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. A habilitação será verificada por meio do sistema LICITANET, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.9. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02h (DUAS HORAS)**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

8.10. A verificação no sistema LICITANET somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.10.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e art. 102, §3º do Decreto Municipal nº 15.263/23).

8.10.3.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.10.3.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.10.4. aferição das condições de habilitação ou de classificação do licitante decorrentes de fatos ou condições preexistentes ao momento da abertura do certame.

8.11. A realização ou não de diligência não configura direito subjetivo do licitante a juntada de documentos após o encerramento do prazo estabelecido nos itens, restando preclusa, em caráter definitivo, a possibilidade de o licitante juntar novos documentos, o que implicará na sua inabilitação ou desclassificação do certame.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.10.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. Habilitação jurídica

a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



- f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- h) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1 Empresas reunidas em Consórcio:

- 9.1. Será admitida a participação por consórcio de empresas, desde que devidamente subscrito por todas as consorciadas e em conformidade com as condições estabelecidas neste documento e no Edital.
- 9.2. **Documentação para Habilitação:** Cada empresa integrante do consórcio deverá apresentar, individualmente, toda a documentação de habilitação exigida pelo Edital e seus anexos.
- 9.3. **Composição e Responsabilidade do Consórcio:** As empresas consorciadas deverão apresentar a constituição formal do consórcio, indicando a empresa líder, que será responsável pela representação do consórcio perante a Administração.
- 9.4. A constituição do consórcio deverá especificar a participação de cada consorciada, bem como suas respectivas responsabilidades.
- 9.5. É expressamente vedada a participação de uma mesma empresa em mais de um consórcio ou de forma isolada nesta licitação.
- 9.6. **Prazo de Duração do Consórcio:** O consórcio deverá possuir vigência mínima coincidente com a duração do contrato, incluindo o recebimento definitivo de todas as Ordens de Serviço (OS) emitidas. A dissolução do consórcio será permitida somente após o término da vigência contratual.
- 9.7. **Responsabilidade Solidária das Consorciadas:** Todas as empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados pelo consórcio, desde a fase de licitação até a conclusão do contrato e o recebimento definitivo dos serviços. A cláusula de responsabilidade solidária deve constar expressamente no contrato de constituição do consórcio e constará no contrato a ser celebrado com a Administração.
- 9.8. **Constituição e Registro do Consórcio:** A constituição e o registro formal do consórcio deverão ser concluídos antes da celebração do contrato com a Administração, sendo requisito essencial para sua Validade no certame.
- 9.9. **Responsabilidade da Empresa Líder:** A empresa líder do consórcio será responsável por obter a senha de acesso ao Sistema junto ao Provedor, realizar a oferta de lances em nome do consórcio durante o certame e responder pela interlocução com a Administração.
- 9.10. **Alteração na Composição do Consórcio:** Não será permitida a alteração na constituição ou composição do consórcio após a habilitação, salvo em casos devidamente justificados, mediante autorização prévia da Secretaria Municipal de Projetos Especiais de Porto Seguro – Bahia, e desde que sejam mantidas as condições que asseguraram a habilitação do consórcio.

I) Ou outros meios legítimos de comprovação de existência jurídica da pessoa.

10. Regularidade fiscal, social e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.
- i) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- g) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - b.1) No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos exigidos acima, limitar-se-á ao último exercício;
 - b.2) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
 - b.3) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;
 - b.4) Caso o licitante seja cooperativo, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- c) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- c.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- c.2) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)
- c.3) Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69 da Lei n. 14.133/21 uma vez que permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram



estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos fornecimentos, objeto desta licitação.

d) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

12.1. Comprovação de aptidão para o serviço similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

12.1.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12.2. Declaração formal, emitida pela empresa licitante, que atenderá, como requisito de assinatura do contrato, os itens abaixo:

a) Local apropriado localizado na sede do município, murado, iluminado, e que ofereça um serviço de segurança e videomonitoramento 24 horas por dia;

b) Pavimentação adequada com brita, drenagem e nivelamento;

c) Pátio para guardar tantos veículos quantos sejam apreendidos na abrangência municipal;

d) Veículo de reboque com plataforma;

e) Quando os equipamentos forem de propriedade da Proponente: Declaração de que se compromete a apresentar cópia do registro dos veículos e declarar formalmente a sua disponibilidade e vinculação ao futuro Contrato sob as penas cabíveis;

f) Quando os equipamentos não forem de propriedade da Proponente: Declaração de que se comprometerá a apresentar cópia do registro dos veículos, juntamente com o compromisso hábil entre o vendedor, cedente, locador e a Concessionária dos serviços, devidamente registrado em Cartório.

g) Declaração de que se compromete a apresentar os Títulos e Documentos, em que conste a Declaração Formal das partes, de que os equipamentos objeto do compromisso estarão disponíveis e vinculados ao futuro Contrato, sob as penas cabíveis;

12.3. Declaração de que se compromete a fornecer imóvel próprio ou locado, com contrato mínimo de 05 (cinco) anos, para fins de assinatura do contrato;

12.4. Declaração de que se compromete a fornecer Seguro mínimo de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) para cobertura de danos, furtos ou roubos.

12.5. Declaração de que se compromete a fornecer Sistema de monitoramento por câmeras, cobrindo 100% da área, com gravação por 120 dias.

12.6. Declaração de que se compromete a fornecer Área administrativa para atendimento, controle e segurança.

12.7. No caso de consórcio: O consórcio deverá comprovar, no conjunto de suas empresas integrantes, a capacidade técnica mínima definida neste documento, atendendo integralmente aos requisitos de qualificação técnica exigidos.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.



- 13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [Prefeitura Municipal de Porto Seguro - IBDM Modernização \(acessoinformacao.com.br\)](#)

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- 14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
- 14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 14.1.5. fraudar a licitação
- 14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 14.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 14.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 14.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1. advertência;
- 14.2.2. multa;
- 14.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 **(trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, no portal [LICITANET](#).
- 15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. CRITÉRIOS DE REAJUSTE E REVISÃO DA TARIFA (Art. 18, VIII, Lei Federal n. 8.987/95):

- 16.1. O reajuste das tarifas de remoção e estadia observará os índices tarifários fixados pelo DETRAN/BA, ficando os respectivos valores automaticamente atualizados sempre que houver alteração da tabela de referência adotada pelo referido órgão e, subsidiariamente, na ausência de atualização desta, mediante aplicação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, ou de outro índice oficial que venha a substituí-lo.
- 16.2. O contrato dispõe sobre mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro (art. 9º, §2º, Lei federal n. 8987/1995).

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.
- 17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 17.10. O Edital e seus anexos estão disponibilizados, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <http://www.acessoinformacao.com.br/ba/portoseguro/editais> e também poderão ser obtidos no endereço editaispepmps@gmail.com, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 14 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

18. INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:

- ANEXO I – Termo de Referência;
ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços;
ANEXO III - Minuta do Contrato;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



ANEXO III-A – Matriz de Riscos;

ANEXO IV- Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021).

ANEXO V- Modelo de declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021).

ANEXO VI- Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

ANEXO VII- Modelo Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, inciso VI, da Lei 14.133/2021).

ANEXO VIII - Modelo de declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

ANEXO IX – Cópia da Lei Municipal n. 1712/2021;

Porto Seguro, 11 de maio de 2026.

DENISSON MATOS ROCHA
Secretário Municipal de Ordem Pública, Mobilidade, Segurança, Concessões e Defesa Civil
Decreto nº 16.753/2025



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
Órgão responsável: Mobilidade urbana

1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, EM REGIME DE CONCESSÃO, A TÍTULO ONEROSO, PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REMOÇÃO E GUARDA DE VEÍCULOS APREENDIDOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO/BA, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

ESPECIFICAÇÃO	OFERTA MÍNIMA
Contratação de empresa especializada, em regime de concessão, a título oneroso, para a prestação dos serviços de remoção e guarda de veículos apreendidos no âmbito do Município de Porto Seguro, cuja guarda deverá ocorrer dentro da sede municipal.	10%

1.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pela **MAIOR OFERTA (%)**, conforme art. 15, II, da Lei Federal n. 8.987/95.

1.3. Em cumprimento ao que determina o art. 5º, da Lei Federal n.º 8.987/95, a justificativa para a realização da presente licitação foi publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município – Edição n. 10.716, no dia 01 de abril de 2025.

1.4. Conforme art. 13 da Lei Municipal n. 1.712/2021, o prazo de vigência da presente concessão será de **04 (quatro) anos**, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, desde que haja interesse público pelo Executivo Municipal e a concessionária atenda a todas as condições e requisitos estabelecidos.

2. DOS FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação pretendida consiste na referência ao estudo técnico preliminar que caracteriza o interesse público para a prestação pretendida, a fim de evidenciar a solução a ser atendida de modo a permitir a avaliação econômica/eficiente da contratação, definida no art. 18, §1º da Lei 14.133/2021. Justifica-se a presente solicitação tendo em vista a necessidade da contratação de empresa especializada, em regime de concessão a título oneroso, para a execução dos serviços de remoção, guarda e depósito de veículos apreendidos no âmbito do Município de Porto Seguro, garantindo a continuidade, eficiência, segurança, rastreabilidade e adequada custódia dos bens recolhidos pelo poder público, evitando a interrupção dos serviços essenciais e mitigando riscos operacionais, jurídicos e patrimoniais para a Administração e para os usuários.

2.2. A Contratação está amparada pela Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro – CTB), Lei nº 8.987/1995, Lei Municipal n. 1.712/2021, Lei Federal n. 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 15263/2023.

2.3. A licitação será realizada em **lote único**, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar. O modelo centralizado assegura a continuidade e a qualidade da prestação, preserva a cadeia de custódia e reduz riscos de perdas, extravios ou danos, além de facilitar o controle e a fiscalização pelo Poder Público.

3. ESPECIFICAÇÃO DO QUANTITATIVO E VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. A proposta vencedora será aquela que garantir o maior retorno financeiro aos cofres públicos, com um **percentual mínimo de 10%** sobre a receita bruta gerada pela presente contratação.



3.2. A modelagem da contratação deverá prever a execução dos serviços sob demanda, sem garantia de quantitativos, assegurando ampla flexibilidade operacional para absorver variações, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.3. Considerando tratar-se de concessão a título oneroso, não haverá desembolso direto de recursos financeiros por parte do Município, a remuneração da concessionária decorrerá exclusivamente das tarifas pagas pelos usuários dos serviços, observados, obrigatoriamente:

- O princípio da modicidade tarifária;
- A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- A garantia de qualidade, regularidade e continuidade na prestação do serviço.

3.4. No que se refere à infraestrutura, o pátio de veículos — de propriedade da concessionária ou por ela regularmente locado — deverá possuir capacidade operacional compatível com a demanda estimada, garantindo condições adequadas de segurança, organização e conservação dos veículos apreendidos.

Deverá contemplar, no mínimo:

- **200 (duzentas) vagas para veículos leves (automóveis de passeio, utilitários e similares), sendo ao menos 20 (vinte) vagas cobertas;**
- **250 (duzentas e cinquenta) vagas destinadas a motocicletas, motonetas, triciclos, charretes, carroças e bicicletas, das quais, no mínimo, 50 (cinquenta) deverão ser cobertas;**
- **10 (dez) vagas destinadas a veículos pesados.**

CUSTOS DE REMOÇÃO E ESTADIA (Referência DETRAN/BA, conforme previsão contida na Lei Municipal n. 1.712/2021) Disponível em: https://www.ba.gov.br/detran/ :			
ITEM	TIPO	REMOÇÃO	ESTADIA (DIÁRIA)
1.	Bicicleta	R\$ 29,16	R\$ 11,66
2.	Motocicleta	R\$ 116,59	R\$ 48,59
3.	Automóvel utilitário e caminhonete com até 5,50m x 2,20m	R\$ 485,75	R\$ 77,71
4.	Automóvel utilitário e caminhonete acima de 5,50m x 2,20m	R\$ 582,90	R\$ 505,17
5.	Micro-ônibus, ônibus e caminhão com um eixo traseiro	R\$ 825,78	R\$ 825,78
6.	Ônibus e caminhão com dois eixos	R\$ 971,50	R\$ 990,92
7.	Ônibus e caminhão com três ou mais eixos	R\$ 1.262,94	R\$ 1.321,23

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se especificada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, que notadamente no tópico de “Levantamento de Mercado”, olhou-se quais soluções o mercado oferecia diante da necessidade administrativa e optou-se **Contratação de empresa especializada, em regime de concessão, a título oneroso, para a prestação dos serviços de remoção e guarda de veículos apreendidos no âmbito do Município de Porto Seguro**, necessários para a satisfação da Administração – justamente por ser a mais vantajosa para a Administração.

5. PRAZO DE VIGÊNCIA



5.1. Conforme art. 4º da Lei Municipal n. 1.712/2021, o prazo de vigência da presente concessão será de **04 (quatro) anos**, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, desde que haja interesse público pelo Executivo Municipal e a concessionária atenda a todas as condições e requisitos estabelecidos.

5.2. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Para que o objeto da contratação seja efetivado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as suas características, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei Federal 14.133/2021.

6.2. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar de todos os bens, móveis e imóveis, equipamentos e pessoal necessários para a perfeita execução dos serviços objeto desse processo licitatório.

6.3. Possuir local apropriado localizado na sede do município o, murado, iluminado, e que ofereça um serviço de segurança e videomonitoramento 24 horas por dia.

6.4. Possuir pátio para guardar tantos veículos quantos sejam apreendidos na abrangência municipal.

6.5. Possuir Veículo de reboque com plataforma;

6.6. Quando os equipamentos forem de propriedade da Proponente, esta deverá apresentar cópia do registro dos veículos e declarar formalmente a sua disponibilidade e vinculação ao futuro Contrato sob as penas cabíveis;

6.6.1. Quando os equipamentos não forem de propriedade da Proponente, esta deverá apresentar cópia do registro dos veículos, e deverá ser anexado o compromisso hábil, entre o vendedor, cedente, locador e a Concessionária dos serviços, devidamente registrado em Cartório.

6.7. Apresentar Títulos e Documentos, em que conste a Declaração Formal das partes, de que os equipamentos objeto do compromisso estarão disponíveis e vinculados ao futuro Contrato, sob as penas cabíveis;

6.8. Capacidade de Atendimento ao público e administração pública municipal 24h.

6.9. A concessionária deverá manter **sistema informatizado**, com:

- I) Controle de vagas livres e ocupadas.
- II) Registro completo de cada veículo contendo: tipo, cor, modelo, placa, ano, chassi, combustível.
- III) Identificação da autoridade apreensora, motivo da apreensão e número do documento.
- IV) Registro de proprietário ou possuidor: nome, endereço, CPF, RG, CNH.
- V) Datas precisas: remoção, recolhimento, liberação e tempo de estadia.

6.9.1. Em nenhuma hipótese o pagamento das tarifas poderá ser recebido diretamente pela empresa contratada, devendo esta possuir sistema de cobrança bancária automatizado.

6.10. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

a. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos de sustentabilidade abaixo delineados.

b. A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais aplicáveis, observando, também, a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente.

c. Com relação aos critérios de sustentabilidade, dever-se-á respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando, sempre que possível e disponível, tecnologias e materiais ecologicamente corretos, bem como promovendo a racionalização de recursos naturais.

6.10.1. Devem ser observados, no mínimo, os seguintes requisitos:

a. Respeitar normas e princípios ambientais, garantindo que as operações de remoção, guarda e depósito de veículos não causem danos ambientais.



- b. Minimizar ou mitigar impactos ambientais**, adotando práticas que reduzam poluição, geração de resíduos e riscos ambientais.
 - c. Utilizar tecnologias, equipamentos e materiais ecologicamente adequados**, sempre que disponíveis e compatíveis com o serviço.
 - d. Racionalizar o uso de recursos naturais**, incluindo energia, água e insumos operacionais.
 - e. Prevenir vazamentos, derramamentos e contaminações** no pátio e nas áreas de circulação, providenciando imediatamente sua contenção e correção.
 - f. Manter local apropriado para destinação de resíduos**, inclusive provenientes de veículos (óleos, fluidos, peças, baterias), conforme legislação vigente.
 - g. Adotar boas práticas de gestão ambiental**, visando eficiência operacional com responsabilidade socioambiental.
- 6.11.** Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade.
- 6.11.1.** A concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados. (art. 25, §1º, Lei Federal 8.987/95).
- 6.11.2.** Os contratos celebrados entre a concessionária e os terceiros a que se refere o item anterior reger-se-ão pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o poder concedente. (art. 25, §2º, Lei Federal 8.987/95).
- 6.11.3.** A execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas regulamentares da modalidade do serviço concedido. (art. 25, §3º, Lei Federal 8.987/95).

7. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

- 7.1.** A modalidade da contratação será **CONCORRÊNCIA**, tendo em vista que, embora o objeto envolva serviços com padrões técnicos definidos, a execução se dá em regime de **CONCESSÃO ONEROSA**, cujo critério de seleção exige maior amplitude competitiva entre os interessados. O critério de julgamento será o de **MAIOR OFERTA (%)**, considerando tratar-se de contratação onerosa, sem geração de despesa para a Administração, sendo vencedora a licitante que apresentar a maior oferta percentual de retorno à Administração, conforme previsto no art. 33, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.
- 7.2.** A contratação, via Concorrência Eletrônica, é a opção da modalidade licitatória escolhida e consagra os princípios da ampla competitividade, concorrência e obtenção da proposta mais vantajosa à Administração. Desse modo, amplia a possibilidade de competição entre empresas do ramo pretendido para a aquisição do bem, que visa à consecução do interesse público.

7.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;



g) No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.

h) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

i) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Obs: Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.4. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

b) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

h) Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.

i) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

j) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1) No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos exigidos acima, limitar-se-á ao último exercício;

b.2) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

b.3) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

b.4) Caso a licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;



c) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

c.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

c.2) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

c.3) Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69 da Lei n. 14.1333/21 uma vez que permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

7.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Comprovação de aptidão para o serviço similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

a.1) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

b) Declaração formal, emitida pela empresa licitante, que atenderá, no mínimo, os itens abaixo:

b.1) Local apropriado localizado na sede do município, murado, iluminado, e que ofereça um serviço de segurança e videomonitoramento 24 horas por dia;

b.2) Pavimentação adequada com brita, drenagem e nivelamento;

b.3) Pátio para guardar tantos veículos quantos sejam apreendidos na abrangência municipal;

b.4) Veículo de reboque com plataforma;



- b.5)** Quando os equipamentos forem de propriedade da Proponente, declaração de que se compromete a apresentar cópia do registro dos veículos e declarar formalmente a sua disponibilidade e vinculação ao futuro Contrato sob as penas cabíveis;
- b.6)** Quando os equipamentos não forem de propriedade da Proponente, declaração de que se comprometerá a apresentar cópia do registro dos veículos, juntamente com o compromisso hábil entre o vendedor, cedente, locador e a Concessionária dos serviços, devidamente registrado em Cartório.
- b.7)** Declaração de que se compromete a apresentar os Títulos e Documentos, em que conste a Declaração Formal das partes, de que os equipamentos objeto do compromisso estarão disponíveis e vinculados ao futuro Contrato, sob as penas cabíveis;
- c)** Declaração de que se compromete a fornecer **imóvel próprio ou locado**, com contrato mínimo de 05 (cinco) anos, para fins de assinatura do contrato;
- d)** Declaração de que se compromete a fornecer Seguro mínimo de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) para cobertura de danos, furtos ou roubos.
- e)** Declaração de que se compromete a fornecer Sistema de monitoramento por câmeras, cobrindo 100% da área, com gravação por 120 dias.
- f)** Declaração de que se compromete a fornecer Área administrativa para atendimento, controle e segurança.

8. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- a) Início da execução do objeto: **10 (dez) dias**, contados da assinatura do contrato.
- b) Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
- c) Recebimento e atendimento das solicitações de remoção:** Secretária Municipal de Segurança, Concessões, Mobilidade, Ordem Pública e Defesa Civil – SESCOMOD, PORTRAN e Comissão de Apoio a Fiscalização – CAF.
- d) Deslocamento imediato do guincho** até o local da ocorrência, respeitando os tempos máximos de atendimento estabelecidos em contrato.
- e) Procedimento de remoção**, utilizando equipamentos apropriados, observadas as normas do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e do CONTRAN;
- f) Inventário fotográfico e registro digital** do veículo no ato da remoção, incluindo lacres, condições externas e identificação completa;
- g) Transporte seguro** até o pátio, por meio de veículos guincho devidamente licenciados e em perfeitas condições de uso;
- h) Entrada e cadastro no pátio**, com conferência documental, fotografia, medição e registro em sistema informatizado de gestão;
- i) Guarda e vigilância 24 horas**, com monitoramento por câmeras, controle de acesso, iluminação adequada e vigilância física;
- j) Manutenção da integridade dos veículos**, com inspeções periódicas para prevenção de danos e vazamentos;
- k) Atendimento ao cidadão** para consulta, emissão de guias e liberação de veículos mediante documentação obrigatória;
- l) Controle de permanência**, atualização diária do inventário do pátio e emissão de relatórios mensais;
- m) Destinação final dos veículos**, observada a legislação vigente, incluindo preparação para leilão quando aplicável;
- n) Operação contínua**, com disponibilidade 24h para remoção e atendimento presencial no pátio conforme horários estabelecidos pelo Município.

8.2. Local da prestação de serviço:



- a) Pátio de guarda e depósito situado em área previamente autorizada pelo Município de Porto Seguro, atendendo às condições de segurança, acessibilidade, sinalização e capacidade de armazenamento.
b) Atuação em todo o território municipal para as remoções.

8.3. Horário:

- a) **Remoção:** atendimento em regime 24 horas por dia, 7 dias por semana.
b) **Atendimento ao público no pátio:** de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h, exceto feriados, podendo ser ajustado conforme diretrizes da Administração.
c) **Vigilância:** funcionamento ininterrupto (24h).

8.4. O veículo não reclamado pelo proprietário dentro de **60 (sessenta) dias** após o recolhimento poderá ser levado a leilão.

8.5. A cobrança das despesas de estada (diárias de pátio) é **limitada ao prazo máximo de 06 (seis) meses** (180 dias), independentemente do tempo que o veículo permanecer no depósito, após esse período poderá ser levado a leilão.

8.6 DA GARANTIA DO SERVIÇO

- a) A CONTRATADA será integralmente responsável pela adequada prestação dos serviços de remoção, guarda, custódia e conservação dos veículos, devendo garantir sua integridade física durante todo o período em que permanecerem sob sua responsabilidade.
b) Constatada qualquer falha, irregularidade, omissão, vício ou dano decorrente da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá saná-los no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, contadas da notificação formal da Administração.
c) O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado **uma única vez**, por igual período, desde que solicitado formalmente pela CONTRATADA, com a devida justificativa, e aceito pela Administração.
d) Enquanto perdurar a correção da falha ou irregularidade, a CONTRATADA deverá assegurar a **plena continuidade dos serviços**, sem prejuízo à Administração ou aos usuários.

8.7. Cronograma de realização dos serviços:

Etapa	Período – Prazo	Atividades
Etapa 1 – Implantação Operacional	Após assinatura do contrato.	Será analisado estrutura do pátio, instalação de câmeras, preparação de sistema informatizado, disponibilização da frota e capacitação da equipe.
Etapa 2 – Início da Operação	Imediatamente após aprovação da estrutura pela Fiscalização.	início das remoções, guarda, inventário digital, atendimento ao público e disponibilização do sistema de controle.
Etapa 3 – Execução Contínua dos Serviços	durante toda a vigência contratual.	prestação ininterrupta dos serviços, geração de relatórios mensais, controle de permanência, atendimento aos órgãos municipais e usuários.
Etapa 4 – Destinação de Veículos / Leilões	Conforme critérios estabelecidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) - Art. 328 do CTB (alterado pela Lei nº 13.160/2015) e Resolução CONTRAN Nº 623/2016 (e posteriores)	Preparação dos veículos, conferência documental, suporte técnico e operacional aos procedimentos de leilão.

8.8. Materiais a serem disponibilizados



8.8.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

8.8.2. A concessionária deverá manter **sistema informatizado**, com:

- i) Controle de vagas livres e ocupadas.
- ii) Registro completo de cada veículo contendo: tipo, cor, modelo, placa, ano, chassi, combustível.
- iii) Identificação da autoridade apreensora, motivo da apreensão e número do documento.
- iv) Registro de proprietário ou possuidor: nome, endereço, CPF, RG, CNH.
- v) Datas precisas: remoção, recolhimento, liberação e tempo de estadia.

8.8.3. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

a) A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- **A necessidade de atendimento contínuo e ininterrupto (24 horas por dia / 7 dias por semana)** para a execução dos serviços de remoção de veículos em todo o território do Município de Porto Seguro.
- **A existência de fluxo variável de veículos apreendidos**, decorrentes das atividades de fiscalização, operações integradas, acidentes, infrações e outras ocorrências que demandam remoção imediata.
- **A obrigatoriedade de disponibilização de pátio com capacidade adequada**, infraestrutura segura, monitoramento por câmeras, vigilância 24h e sistema informatizado que permita rastreabilidade e controle dos veículos desde a remoção até a destinação final.
- **A necessidade de frota mínima de veículos guincho**, devidamente licenciados e em bom estado de conservação, capazes de atender prontamente às solicitações feitas pelos órgãos competentes.
- **A demanda por atendimento presencial ao cidadão**, para liberação de veículos e emissão de documentos, dentro do horário comercial estabelecido pela Administração Municipal.
- **A obrigação de realizar inventário fotográfico, registro digital e atualização permanente do controle de permanência dos veículos**, garantindo a integridade, rastreabilidade e transparência das operações.
- **A necessidade de suporte às ações de destinação final**, incluindo preparação de veículos e estrutura logística para realização de leilões quando aplicável.

8.8.4. O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes. (art. 32, Lei Federal n. 8.987/1995)

9. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 15.263/2023 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para esclarecimentos acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



9.6. A execução decorrente desta contratação, será acompanhada e **fiscalizada** pelo **servidor Robson Mota Ribeiro, matrícula 9447964**, dessa Administração, ou pelo respectivo substituto designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.

9.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9.8. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.9. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.10. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.11. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.13. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

9.14. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

9.15. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.16. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

9.17. O **gestor do contrato**, será o **servidor Luciane Mineto da Costa, matrícula 9760131**, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

9.17.1. Analisar a documentação que antecede o pagamento;

9.17.2. Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

9.17.3. Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

9.17.4. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

9.17.5. Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

9.17.6. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega dos serviços;

9.18. O contratado deverá indiciar um responsável legal com respectivos contatos (e-mail, celular e Whatsapp), com poderes para representá-lo perante essa Municipalidade na execução do contrato decorrente da contratação objeto deste termo de referência.

9.19. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Do recebimento:



9.20.1. Os serviços objeto da presente contratação — remoção, guarda, custódia, controle, vigilância e destinação de veículos apreendidos — serão recebidos provisoriamente pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências técnicas, operacionais e administrativas previstas neste Termo de Referência.

9.20.2. O recebimento provisório será realizado de forma mensal ou em outro período definido pela Administração, contado a partir do registro das atividades executadas, mediante apresentação, pela CONTRATADA, dos comprovantes operacionais dos serviços prestados, tais como: relatórios de remoção, entradas e saídas de veículos, registros fotográficos, planilhas de diárias cobradas, ocorrências e demais documentos pertinentes.

9.20.3. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das obrigações contratuais, especialmente quanto à guarda adequada dos veículos, manutenção das condições do pátio, prazos de remoção, integridade e rastreabilidade dos bens custodiados.

9.20.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de apuração, o fiscal irá avaliar a execução do objeto, verificando a conformidade dos serviços com os indicadores técnicos e operacionais definidos. Constatadas falhas, poderá propor advertência, glosa de valores de repasse, ou abertura de procedimento para aplicação de sanções, registrando tudo em relatório encaminhado ao gestor do contrato.

9.20.5. A CONTRATADA deverá, às suas expensas, reparar, corrigir, remover, reorganizar, substituir ou reexecutar qualquer atividade que apresente vício, defeito, irregularidade ou desconformidade com o contrato, especialmente quando envolver danos a veículos, falhas de armazenamento, perda de rastreabilidade ou problemas no atendimento operacional.

Enquanto não forem sanadas as pendências apontadas no recebimento provisório, a fiscalização não emitirá o termo de recebimento definitivo nem validará a regular execução do período. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133/2021)

9.20.6. Quando cabível, o recebimento provisório ficará condicionado à realização de verificações in loco, testes operacionais, inspeções nos pátios, verificação de sistemas de controle, bem como à apresentação de manuais, rotinas operacionais e registros exigidos.

9.20.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, sempre que executados em desacordo com as especificações contratuais, com os padrões mínimos exigidos pela Administração ou com a proposta vencedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

9.20.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, análise e conclusão sobre as ocorrências verificadas na execução do contrato, incluindo o acompanhamento técnico e administrativo, relatórios operacionais, inspeções e demais documentos necessários, devendo tudo ser encaminhado ao gestor para fins de recebimento definitivo.

9.20.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da conformidade, regularidade, continuidade e adequação dos serviços prestados, mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- i) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, incluindo o desempenho na execução contratual, baseado em indicadores de fiscalização objetivamente definidos e aferidos, bem como eventuais penalidades aplicadas, devendo tal avaliação integrar o cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- ii) Realizar a análise dos relatórios operacionais, controles de remoções, entradas e saídas de veículos, registros de integridade, documentos de guarda e demais elementos apresentados pela fiscalização. Havendo irregularidades que impeçam a emissão do termo de recebimento definitivo, deverão ser indicadas, por escrito, as cláusulas contratuais violadas, solicitando-se à CONTRATADA as devidas correções.
- iii) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços, com base nos relatórios, registros de fiscalização, inspeções e demais documentos comprobatórios da execução contratual.



- iv) Comunicar formalmente à CONTRATADA acerca do recebimento definitivo, bem como acerca de eventuais ajustes ou regularizações que devam ser cumpridos para continuidade da execução contratual e da prestação dos serviços ao Município.
- v) Encaminhar a documentação pertinente ao setor competente para registro e arquivamento do recebimento definitivo, inclusive para fins de controle interno e consolidação da execução contratual.
- vii) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, especialmente quanto às condições de guarda, integridade dos veículos, prazos de remoção, organização do pátio ou demais obrigações contratuais, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021. Nas hipóteses aplicáveis, deverá ser registrada a parcela incontroversa da execução, para fins de continuidade do contrato e aplicação das medidas cabíveis à parte controversa.
- viii) Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no cumprimento das obrigações contratuais.
- ix) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez, segurança, integridade e rastreabilidade dos veículos sob sua guarda, nem afastará a responsabilidade técnico-operacional pela perfeita execução dos serviços.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. A presente concessão não demanda alocação de recursos orçamentários por parte do Município, uma vez que não haverá repasse financeiro à concessionária.

10.2. A receita decorrente da concessão será arrecadada diretamente pela empresa prestadora do serviço, com repasse mensal de percentual à Administração, conforme estipulado no contrato e na legislação municipal aplicável.

11. DOS REPASSES

11.1. A comprovação do pagamento alusiva à execução dos serviços de que trata o item anterior deverá ser encaminhada conjuntamente com a entrega dos bens/ prestação dos serviços.

11.2. Cada remuneração mensal deverá ser precedida de apresentação da pertinente prestação de contas até o 10º (décimo) dia útil do mês de pagamento, mediante apresentação de relatórios, de modo a demonstrar clara e exatamente a real utilização do Sistema e o total da arrecadação mensal, acompanhada das cópias dos seguintes documentos:

- a)Folha de Pagamentos;
- b)Demonstrativos de Salários;
- c)Depósitos Bancários aos Funcionários;
- d)Demonstrativos de Pagamentos de vale transporte e demais benefícios
- e)Guias de Recolhimento à Previdência Social (GPS);
- f)Protocolo de envio de arquivos emitido pela Conectividade Social (CFIP);
- g)Guias do Recolhimento de FGTS (GRF);
- h)Relação de Trabalhadores constantes do Arquivo SEFIP (RE);
- i)Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta no 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- j) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

11.3. O relatório financeiro dos valores arrecadados mensalmente deverá ser enviado também à Secretária Municipal de Segurança, Concessões, Mobilidade, Ordem Pública e Defesa Civil – SESCOMOD para fins de ciência e controle da quantia a ser provisionada em cada mês.

11.4. Os valores arrecadados mensalmente deverão ser vinculados ao Fundo de Mobilidade Urbana.



12. DA OUTORGA ONEROSA

12.1. Pela delegação dos serviços de remoção, guarda, custódia e conservação de veículos, a CONTRATADA deverá efetuar o pagamento de outorga onerosa no valor fixo de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

12.2. A outorga deverá ser recolhida pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da assinatura do contrato, mediante depósito identificado na conta do Fundo Municipal de Mobilidade Urbana, cujos dados bancários serão fornecidos pela Administração no ato da assinatura.

12.3. A comprovação do depósito deverá ser apresentada à Administração imediatamente após sua realização, constituindo condição indispensável para o início da execução contratual.

12.4. O não pagamento da outorga onerosa dentro do prazo estabelecido:
I – caracterizará inadimplemento contratual grave;

II – poderá ensejar a aplicação de penalidades, na forma prevista neste edital e na Lei nº 14.133/2021;

III – poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança do valor devido e de demais sanções cabíveis.

12.5. A outorga onerosa não substituirá ou compensará obrigações financeiras decorrentes da execução contratual, nem afetará a cobrança das tarifas autorizadas, quando devidas pelos usuários.

13. OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

13.1. A Concessionária obriga-se a:

a). executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

b) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

c) arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Prefeitura ou a terceiros;

d) relatar à Prefeitura toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

e) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; não permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

f) manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

g) não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições previamente autorizadas pela Administração;

h) Zelar pela segurança dos veículos apreendidos, atuando como depositário fiel, mantendo-os em condições adequadas e preservando o estado em que foram recebidos.

i) Atender às solicitações da Secretária Municipal de Segurança, Concessões, Mobilidade, Ordem Pública e Defesa Civil – SESCOOD, PORTRAN e Comissão de Apoio a Fiscalização – CAF, **em até 45 minutos**, garantindo a agilidade necessária à remoção.

j) Realizar a remoção com cuidado, evitando danos e seguindo os procedimentos legais.

k) Liberar veículos somente ao proprietário ou procurador, mediante autorização expressa da autoridade competente.

l) Garantir que motoristas e auxiliares estejam devidamente habilitados.

13.2. Incumbe à concessionária (art. 31, Lei Federal n. 8.987/1995):

I - Prestar serviço adequado, na forma prevista nesta Lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

II - Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão;



- III - prestar contas da gestão do serviço ao poder concedente e aos usuários, nos termos definidos no contrato;
- IV - Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;
- V - Permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;
- VI - Promover as desapropriações e constituir servidões autorizadas pelo poder concedente, conforme previsto no edital e no contrato;
- VII - Zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente; e
- VIII - Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.

13.2.1. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente.

13.3. Das Vistorias e da Integridade dos Veículos:

13.3.1. A CONTRATADA deverá realizar vistoria completa no momento da entrada do veículo na área de guarda, elaborando Termo de Vistoria de Entrada, contendo:

- I – descrição detalhada do estado do veículo;
- II – registro de avarias aparentes;
- III – registro fotográfico;
- IV – identificação do agente responsável pelo recolhimento.

13.3.2. A vistoria deverá ser assinada pelo responsável da CONTRATADA e disponibilizada à Administração.

13.3.3. Na retirada do veículo, deverá ser realizada Vistoria de Saída, confrontando-se com o registro da vistoria inicial, devendo ser comprovado que o bem se encontra nas mesmas condições em que foi recebido.

13.3.4. A CONTRATADA responderá integralmente por furtos, extravios, avarias, danos, violação de partes, retirada de peças ou acessórios, devendo ressarcir integralmente o valor correspondente ao prejuízo apurado.

13.3.5. Responsabilidade por Furtos, Danos e Avarias

13.3.5.1. A CONTRATADA é responsável por qualquer dano causado aos veículos sob sua guarda, ainda que por ação ou omissão de seus prepostos, independentemente de comprovação de culpa.

13.3.5.2. Constatado dano ao veículo, a CONTRATADA deverá:

- I – reparar integralmente o dano em prazo razoável definido pela Administração; ou
- II – ressarcir o valor correspondente ao prejuízo;
- III – fornecer veículo equivalente, quando aplicável, até a conclusão do reparo.

13.3.6. A responsabilidade da CONTRATADA se estende a furtos, incêndios, intempéries, danos por armazenamento inadequado ou qualquer evento previsível evitável, adotando todas as medidas de segurança necessárias.

14. OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

14.3. O CONCEDENTE obriga-se a:

14.3.1. Proporcionar todas as condições para que a CONCESSIONÁRIA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato e do Termo de Referência;

14.3.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.3.3. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais (art. 29, II, Lei 8.987/95);

14.3.4. Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei (art. 29, II, Lei 8.987/95);

14.3.5. Extinguir a concessão, nos casos previstos em Lei e na forma prevista no contrato (art. 29, IV, Lei 8.987/95);



14.3.6. Homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma desta Lei, das normas pertinentes e do contrato (art. 29, V, Lei 8.987/95);

14.3.7. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão (art. 29, VI, Lei 8.987/95);

14.3.8. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas (art. 29, VII, Lei 8.987/95);

14.3.9. Estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio-ambiente e conservação (art. 29, X, Lei 8.987/95);

14.3.10. Incentivar a competitividade; (art. 29, CI, Lei 8.987/95);

14.3.11. Estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço (art. 29, XII, Lei 8.987/95);

14.3.12. No exercício da fiscalização, o poder concedente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária (art. 30, Lei 8.987/95);

14.3.13. A fiscalização do serviço será feita por intermédio de órgão técnico do poder concedente ou por entidade com ele conveniada, e, periodicamente, conforme previsto em norma regulamentar, por comissão composta de representantes do poder concedente, da concessionária e dos usuários (art. 30, parágrafo único, Lei 8.987/95).

15. DO REAJUSTE E REVISÃO DAS TARIFAS

15.1. O reajuste das tarifas de remoção e estadia observará os índices tarifários fixados pelo DETRAN/BA, ficando os respectivos valores automaticamente atualizados sempre que houver alteração da tabela de referência adotada pelo referido órgão e, subsidiariamente, na ausência de atualização desta, mediante aplicação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, ou de outro índice oficial que venha a substituí-lo.

15.2. O contrato dispõe sobre mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro (art. 9º, §2º, Lei federal n. 8987/1995).

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. O Município de Porto Seguro reserva-se no direito de impugnar a prestação do serviço, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

16.3. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei 14.133/2021, Decreto Municipal 15.263/2024 e Lei Municipal nº 1.712/2021.

16.4. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Seguro como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

Porto Seguro/BA, 28 de abril de 2026.

Társio Jose Silva Aguiar
Assessor Especial – Mobilidade urbana
Matrícula 9447650



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0xx/202x		
RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
ENDEREÇO:		
TELEFONE:	EMAIL:	
BANCO (NOME/Nº)	AGÊNCIA Nº:	CONTA CORRENTE Nº:
VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS: 60 (SESSENTA) DIAS		

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	VALOR MÍNIMO DE REPASSE
1	Contratação de empresa especializada, em regime de concessão, a título oneroso, para a prestação dos serviços de remoção e guarda de veículos apreendidos no âmbito do Município de Porto Seguro, cuja guarda deverá ocorrer dentro da sede municipal.	SERV.	01	XX%

Cidade, ____ de _____ de 20XX.

(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).

OBS: Nos termos do instrumento convocatório, deverá ser apresentada declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposição do artigo 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021.



ANEXO III
MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO

CONTRATO Nº ____/20XX

O **MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO**, Estado da Bahia, com sede a Rua Alfredo Outra, nº 01, Porto Seguro- Bahia, CEP: 45.810-000 devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 13.635.016/0001-12, neste ato representado pela **Secretaria Municipal de Ordem Pública, Mobilidade, Segurança, Concessões e Defesa Civil**, representada pelo Secretário Sr. Denisson Matos Rocha, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) **XXXXXXXXXXXX**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXX**, sediado(a) na **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por **XXXXXXXXXXXX**, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº **XXXX** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Concorrência Pública nº 0XX/20XX** e **Processo Administrativo 0XX/20XX**, Tipo **MAIOR OFERTA** (art. 15, II, Lei n. 8987/1995), bem como mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Contratação de empresa especializada, em regime de concessão, a título oneroso, para a prestação dos serviços de remoção e guarda de veículos apreendidos no âmbito do Município de Porto Seguro/BA.**

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	PERCENTUAL DE REPASSE
1	Contratação de empresa especializada, em regime de concessão, a título oneroso, para a prestação dos serviços de remoção e guarda de veículos apreendidos no âmbito do Município de Porto Seguro, cuja guarda deverá ocorrer dentro da sede municipal.	SERV.	01	XX%

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Termo de Referência, Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, à proposta vencedora e eventuais anexos dos documentos supracitados, independentemente de transcrição

2. CLÁUSULA SEGUNDA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do contrato será de **04 (quatro) anos**, conforme previsto no art. 13 da Lei Municipal n. 1.712/2021, contado da assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado e observados os seguintes requisitos:

- Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;
- Seja verificado a regularidade fiscal do contratado, através do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitindo as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Condições de execução

3.1.1. Execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



3.1.2. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias da assinatura do contrato.

3.1.3. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

a) Recebimento e atendimento das solicitações de remoção: Secretária Municipal de Segurança, Concessões, Mobilidade, Ordem Pública e Defesa Civil – SESCOOD, PORTAN e Comissão de Apoio a Fiscalização – CAF.

b) Deslocamento imediato do guincho até o local da ocorrência, respeitando os tempos máximos de atendimento estabelecidos em contrato.

c) Procedimento de remoção, utilizando equipamentos apropriados, observadas as normas do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e do CONTRAN;

d) Inventário fotográfico e registro digital do veículo no ato da remoção, incluindo lacres, condições externas e identificação completa;

e) Transporte seguro até o pátio, por meio de veículos guincho devidamente licenciados e em perfeitas condições de uso;

f) Entrada e cadastro no pátio, com conferência documental, fotografia, medição e registro em sistema informatizado de gestão;

g) Guarda e vigilância 24 horas, com monitoramento por câmeras, controle de acesso, iluminação adequada e vigilância física;

h) Manutenção da integridade dos veículos, com inspeções periódicas para prevenção de danos e vazamentos;

i) Atendimento ao cidadão para consulta, emissão de guias e liberação de veículos mediante documentação obrigatória;

j) Controle de permanência, atualização diária do inventário do pátio e emissão de relatórios mensais;

k) Destinação final dos veículos, observada a legislação vigente, incluindo preparação para leilão quando aplicável;

l) Operação contínua, com disponibilidade 24h para remoção e atendimento presencial no pátio conforme horários estabelecidos pelo Município.

3.2. Local da prestação de serviço:

a) Pátio de guarda e depósito situado em área previamente autorizada pelo Município de Porto Seguro, atendendo às condições de segurança, acessibilidade, sinalização e capacidade de armazenamento.

b) Atuação em todo o território municipal para as remoções.

3.3. Horário:

a) Remoção: atendimento em regime 24 horas por dia, 7 dias por semana.

b) Atendimento ao público no pátio: de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h, exceto feriados, podendo ser ajustado conforme diretrizes da Administração.

c) Vigilância: funcionamento ininterrupto (24h).

3.3.1. O veículo não reclamado pelo proprietário dentro de 60 (sessenta) dias após o recolhimento poderá ser levado a leilão.

3.3.2. A cobrança das despesas de estada (diárias de pátio) é limitada ao prazo máximo de **06 (seis) meses** (180 dias), independentemente do tempo que o veículo permanecer no depósito, após esse período poderá ser levado a leilão.

3.4. DA GARANTIA DO SERVIÇO:

a) A CONTRATADA será integralmente responsável pela adequada prestação dos serviços de remoção, guarda, custódia e conservação dos veículos, devendo garantir sua integridade física durante todo o período em que permanecerem sob sua responsabilidade.

b) Constatada qualquer falha, irregularidade, omissão, vício ou dano decorrente da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá saná-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da notificação formal da Administração.

c) O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que solicitado formalmente pela CONTRATADA, com a devida justificativa, e aceito pela Administração.

d) Enquanto perdurar a correção da falha ou irregularidade, a CONTRATADA deverá assegurar a plena continuidade dos serviços, sem prejuízo à Administração ou aos usuários.

3.5. Cronograma de realização dos serviços:

Etapas	Período – Prazo	Atividades
Etapa 1 – Implantação Operacional	Após assinatura do contrato.	Será analisada estrutura do pátio, instalação de câmeras, preparação de sistema informatizado, disponibilização da frota e capacitação da equipe.
Etapa 2 – Início da Operação	Imediatamente após aprovação da estrutura pela Fiscalização.	início das remoções, guarda, inventário digital, atendimento ao público e disponibilização do sistema de controle.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



Etapa 3 – Execução Contínua dos Serviços	durante toda a vigência contratual.	prestação ininterrupta dos serviços, geração de relatórios mensais, controle de permanência, atendimento aos órgãos municipais e usuários.
Etapa 4 – Destinação de Veículos / Leilões	Conforme critérios estabelecidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) - Art. 328 do CTB (alterado pela Lei nº 13.160/2015) e Resolução CONTRAN Nº 623/2016 (e posteriores)	Preparação dos veículos, conferência documental, suporte técnico e operacional aos procedimentos de leilão.

3.6. Materiais a serem disponibilizados

3.6.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

3.6.2. A concessionária deverá manter **sistema informatizado**, com:

- i) Controle de vagas livres e ocupadas.
- ii) Registro completo de cada veículo contendo: tipo, cor, modelo, placa, ano, chassi, combustível.
- iii) Identificação da autoridade apreensora, motivo da apreensão e número do documento.
- iv) Registro de proprietário ou possuidor: nome, endereço, CPF, RG, CNH.
- v) Datas precisas: remoção, recolhimento, liberação e tempo de estadia.

3.7. Das Vistorias e da Integridade dos Veículos:

3.7.1. A CONTRATADA deverá realizar vistoria completa no momento da entrada do veículo na área de guarda, elaborando Termo de Vistoria de Entrada, contendo:

I – descrição detalhada do estado do veículo;

II – registro de avarias aparentes;

III – registro fotográfico;

IV – identificação do agente responsável pelo recolhimento.

3.7.2. A vistoria deverá ser assinada pelo responsável da CONTRATADA e disponibilizada à Administração.

3.7.3. Na retirada do veículo, deverá ser realizada Vistoria de Saída, confrontando-se com o registro da vistoria inicial, devendo ser comprovado que o bem se encontra nas mesmas condições em que foi recebido.

4. CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 15.263/2023 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.3. As comunicações entre Concessionária e Concedente devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4. O Poder Concedente poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.5. Após a assinatura do contrato, o Poder Concedente poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para esclarecimentos acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

4.6. A execução decorrente desta contratação será acompanhada e fiscalizada pelo servidor **Robson Mota Ribeiro, matrícula 9447964**, dessa Administração, ou pelo respectivo substituto designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.

4.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

4.8. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



- 4.9. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 4.10. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 4.11. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 4.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 4.13. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 4.14. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- 4.15. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 4.16. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.
- 4.17. O gestor do contrato, será o servidor **Luciane Mineto da Costa, matrícula 9760131**, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:
- i) Analisar a documentação que antecede o pagamento;
 - ii) Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
 - iii) Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
 - iv) Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
 - v) Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
 - vi) Decidir provisoriamente a suspensão da entrega dos serviços;
- 4.18. A Concessionária deverá indicar um responsável legal com respectivos contatos (e-mail, celular e Whatsapp), com poderes para representá-lo perante essa Municipalidade na execução do contrato decorrente da contratação objeto deste termo de referência.
- 4.19. A Concessionária deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço para representá-lo na execução do contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 5.1. Não será admitida.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO DOS SERVIÇOS E DO REPASSE AO PODER CONCEDENTE

6.1. Preço das Tarifas:

CUSTOS DE REMOÇÃO E ESTADIA (Referência DETRAN/BA, conforme previsão contida na Lei Municipal n. 1.712/2021) Disponível em: https://www.ba.gov.br/detran/ :			
ITEM	TIPO	REMOÇÃO	ESTADIA (DIÁRIA)
8.	Bicicleta	R\$ 29,16	R\$ 11,66
9.	Motocicleta	R\$ 116,59	R\$ 48,59
10.	Automóvel utilitário e caminhonete com até 5,50m x 2,20m	R\$ 485,75	R\$ 77,71
11.	Automóvel utilitário e caminhonete acima de 5,50m x 2,20m	R\$ 582,90	R\$ 505,17
12.	Micro-ônibus, ônibus e caminhão com um eixo traseiro	R\$ 825,78	R\$ 825,78
13.	Ônibus e caminhão com dois eixos	R\$ 971,50	R\$ 990,92
14.	Ônibus e caminhão com três ou mais eixos	R\$ 1.262,94	R\$ 1.321,23

- 6.2. O percentual de repasse ao Poder Concedente será de.....% (.....)
- 6.1. A comprovação do pagamento alusiva à execução dos serviços de que trata o item anterior deverá ser encaminhada conjuntamente com a entrega dos bens/ prestação dos serviços.



6.2. Cada remuneração mensal deverá ser precedida de apresentação da pertinente prestação de contas até o 10º (décimo) dia útil do mês de pagamento, mediante apresentação de relatórios, de modo a demonstrar clara e exatamente a real utilização do Sistema e o total da arrecadação mensal.

6.3. O relatório financeiro dos valores arrecadados mensalmente deverá ser enviado também à Secretária Municipal de Segurança, Concessões, Mobilidade, Ordem Pública e Defesa Civil – SESCOOD para fins de ciência e controle da quantia a ser aprovada em cada mês.

6.4. Os valores arrecadados mensalmente deverão ser vinculados ao Fundo de Mobilidade Urbana.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS GARANTIAS

7.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DOS CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

8.2. Os serviços objeto da presente contratação — remoção, guarda, custódia, controle, vigilância e destinação de veículos apreendidos — serão recebidos provisoriamente pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências técnicas, operacionais e administrativas previstas neste Termo de Referência.

8.3. O recebimento provisório será realizado de forma mensal ou em outro período definido pela Administração, contado a partir do registro das atividades executadas, mediante apresentação, pela CONTRATADA, dos comprovantes operacionais dos serviços prestados, tais como: relatórios de remoção, entradas e saídas de veículos, registros fotográficos, planilhas de diárias cobradas, ocorrências e demais documentos pertinentes.

8.4. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das obrigações contratuais, especialmente quanto à guarda adequada dos veículos, manutenção das condições do pátio, prazos de remoção, integridade e rastreabilidade dos bens custodiados.

8.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de apuração, o fiscal irá avaliar a execução do objeto, verificando a conformidade dos serviços com os indicadores técnicos e operacionais definidos. Constatadas falhas, poderá propor advertência, glosa de valores de repasse, ou abertura de procedimento para aplicação de sanções, registrando tudo em relatório encaminhado ao gestor do contrato.

8.6. A CONCESSIONÁRIA deverá, às suas expensas, reparar, corrigir, remover, reorganizar, substituir ou reexecutar qualquer atividade que apresente vício, defeito, irregularidade ou desconformidade com o contrato, especialmente quando envolver danos a veículos, falhas de armazenamento, perda de rastreabilidade ou problemas no atendimento operacional.

8.7. Enquanto não forem sanadas as pendências apontadas no recebimento provisório, a fiscalização não emitirá o termo de recebimento definitivo nem validará a regular execução do período. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133/2021)

8.8. Quando cabível, o recebimento provisório ficará condicionado à realização de verificações in loco, testes operacionais, inspeções nos pátios, verificação de sistemas de controle, bem como à apresentação de manuais, rotinas operacionais e registros exigidos.

8.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, sempre que executados em desacordo com as especificações contratuais, com os padrões mínimos exigidos pela Administração ou com a proposta vencedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, análise e conclusão sobre as ocorrências verificadas na execução do contrato, incluindo o acompanhamento técnico e administrativo, relatórios operacionais, inspeções e demais documentos necessários, devendo tudo ser encaminhado ao gestor para fins de recebimento definitivo.

8.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da conformidade, regularidade, continuidade e adequação dos serviços prestados, mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

i) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela concessionária, incluindo o desempenho na execução contratual, baseado em indicadores de fiscalização objetivamente definidos e aferidos, bem como eventuais penalidades aplicadas, devendo tal avaliação integrar o cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

ii) Realizar a análise dos relatórios operacionais, controles de remoções, entradas e saídas de veículos, registros de integridade, documentos de guarda e demais elementos apresentados pela fiscalização. Havendo irregularidades que impeçam a emissão do termo de recebimento definitivo, deverão ser indicadas, por escrito, as cláusulas contratuais violadas, solicitando-se à CONCESSIONÁRIA as devidas correções.



iii) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços, com base nos relatórios, registros de fiscalização, inspeções e demais documentos comprobatórios da execução contratual.

iv) Comunicar formalmente à CONCESSIONÁRIA acerca do recebimento definitivo, bem como acerca de eventuais ajustes ou regularizações que devam ser cumpridos para continuidade da execução contratual e da prestação dos serviços ao Município.

v) Encaminhar a documentação pertinente ao setor competente para registro e arquivamento do recebimento definitivo, inclusive para fins de controle interno e consolidação da execução contratual.

8.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, especialmente quanto às condições de guarda, integridade dos veículos, prazos de remoção, organização do pátio ou demais obrigações contratuais, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

8.13. Nas hipóteses aplicáveis, deverá ser registrada a parcela incontroversa da execução, para fins de continuidade do contrato e aplicação das medidas cabíveis à parte controversa.

8.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONCESSIONÁRIA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no cumprimento das obrigações contratuais.

8.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da CONCESSIONÁRIA pela solidez, segurança, integridade e rastreabilidade dos veículos sob sua guarda, nem afastará a responsabilidade técnico-operacional pela perfeita execução dos serviços.

8.16. No exercício da fiscalização, o poder concedente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária (art. 30, Lei 8.987/95);

8.2. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E DO REPASSE AO PODER CONCEDENTE

8.2.1. A Concessionária prestará contas ao Poder Concedente mediante apresentação de Relatório Mensal, até o 10º dia útil do mês subsequente aos serviços, que deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, informando todos os dados relativos à prestação dos serviços, observado o disposto no item 6.2 e seguintes.

9. CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A presente concessão não demanda alocação de recursos orçamentários por parte do Município, uma vez que não haverá repasse financeiro à concessionária.

9.2. A receita decorrente da concessão será arrecadada diretamente pela empresa prestadora do serviço, com repasse mensal de percentual à Administração, conforme estipulado no contrato e na legislação municipal aplicável.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE E REVISÃO DAS TARIFAS

Do Reajuste:

10.1. O reajuste das tarifas de remoção e estadia observará os índices tarifários fixados pelo DETRAN/BA, ficando os respectivos valores automaticamente atualizados sempre que houver alteração da tabela de referência adotada pelo referido órgão e, subsidiariamente, na ausência de atualização desta, mediante aplicação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, ou de outro índice oficial que venha a substituí-lo.

Da Revisão:

10.2. Será admitida a revisão das tarifas para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato. (art. 10, Lei Federal 8987/1995)

10.2.1. O pedido de revisão deverá ser formalmente apresentado pela Concessionária ao Poder Concedente, que apreciará a solicitação em até 30 (trinta) dias.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

11.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

11.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.5. Locar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



- 11.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.8. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 11.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.10. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- i) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - ii) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - iii) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - iv) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - v) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 11.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 11.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 11.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 11.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.17. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 11.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 11.20. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 11.21. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 11.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.24. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 11.25. Manter os empregados nos horários predeterminados;
- 11.26. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



- 11.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 11.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 11.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 11.30. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 11.31. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 11.32. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 11.33. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço.
- 11.34. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições se previamente autorizadas pela Administração; Zelar pela segurança dos veículos apreendidos, atuando como depositário fiel, mantendo-os em condições adequadas e preservando o estado em que foram recebidos.
- 11.35. Atender às solicitações da **Secretária Municipal de Segurança, Concessões, Mobilidade, Ordem Pública e Defesa Civil – SESCOOD, PORTAN e Comissão de Apoio a Fiscalização – CAF**, em até **45 minutos**, garantindo a agilidade necessária à remoção.
- 11.36. Realizar a remoção com cuidado, evitando danos e seguindo os procedimentos legais.
- 11.37. Liberar veículos somente ao proprietário ou procurador, mediante autorização expressa da autoridade competente.**
- 11.38. Garantir que motoristas e auxiliares estejam devidamente habilitados.**
- 11.39. Incumbe à concessionária (art. 31, Lei Federal n. 8.987/1995):
- I - Prestar serviço adequado, na forma prevista nesta Lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;
 - II - Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão;
 - III - prestar contas da gestão do serviço ao poder concedente e aos usuários, nos termos definidos no contrato;
 - IV - Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;
 - V - Permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;
 - VI - Promover as desapropriações e constituir servidões autorizadas pelo poder concedente, conforme previsto no edital e no contrato;
 - VII - Zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente; e
 - VIII - Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.
- As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente.
- 11.40. A CONTRATADA responderá integralmente por furtos, extravios, avarias, danos, violação de partes, retirada de peças ou acessórios, devendo ressarcir integralmente o valor correspondente ao prejuízo apurado.
- 11.41. Responsabilidade por Furtos, Danos e Avarias**
- 11.41.1. A CONTRATADA é responsável por qualquer dano causado aos veículos sob sua guarda, ainda que por ação ou omissão de seus prepostos, independentemente de comprovação de culpa.
- 11.41.2. Constatado dano ao veículo, a CONTRATADA deverá:
- I – reparar integralmente o dano em prazo razoável definido pela Administração; ou
 - II – ressarcir o valor correspondente ao prejuízo;
 - III – fornecer veículo equivalente, quando aplicável, até a conclusão do reparo.



11.41.3. A responsabilidade da CONTRATADA se estende a furtos, incêndios, intempéries, danos por armazenamento inadequado ou qualquer evento previsível evitável, adotando todas as medidas de segurança necessárias.

12. CLÁUSULA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 12.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 12.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 12.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 12.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 12.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização do Contratante;
- 12.7. Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 12.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 12.9. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 10 (DEZ) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período;
- 12.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 12.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/2021;
- 12.12. Não praticar atos de ingerência na administração do Contratado, tais como:
- 12.13. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratado, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 12.14. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar no Contratado;
- 12.15. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores do Contratado, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
- 12.16. Considerar os trabalhadores do Contratado como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 12.17. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 12.18. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 12.19. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 12.20. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 12.21. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.
- 12.22. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais (art. 29, II, Lei 8.987/95);
- 12.23. Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei (art. 29, III, Lei 8.987/95);
- 12.24. Extinguir a concessão, nos casos previstos em Lei e na forma prevista no contrato (art. 29, IV, Lei 8.987/95);
- 12.25. Homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas, das normas pertinentes e do contrato (art. 29, V, Lei 8.987/95);
- 12.26. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão (art. 29, VI, Lei 8.987/95);



12.27. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas (art. 29, VII, Lei 8.987/95);

12.28. Estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio-ambiente e conservação (art. 29, X, Lei 8.987/95);

12.29. Estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço (art. 29, XII, Lei 8.987/95);

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. moratória de de 0,5% a 30% por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;
2. compensatória de 15% por cento sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.A. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4.B. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.C. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 16 1, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

14.3. As hipóteses de extinção da concessão são aquelas previstas no artigo 35 da Lei Federal n.8987/1995.

14.4. Extinta a concessão, haverá a imediata assunção do serviço pelo poder concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários.

14.5. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições do artigo 27 e 38 da Lei n. 8987/1995 e as normas convencionadas entre as partes.

14.6. A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando:

I - o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

II - a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;

III - a concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV - a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;

V - a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

VI - a concessionária não atender a intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço;

VII - a concessionária não atender a intimação do poder concedente para, em 180 (cento e oitenta) dias, apresentar a documentação relativa a regularidade fiscal, no curso da concessão.

14.7. A declaração da caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

14.8. Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no § 1º deste artigo, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais.

14.9. Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder concedente, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.

14.10. Declarada a caducidade, não resultará para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA –VEDAÇÕES

15.1. É vedado ao CONTRATADO:

a. Cauionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.



15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA –DOS CASOS OMISSOS

14.7. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Lei Federal n. 8987/1995, Lei Municipal n. 1712/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Seguro/BA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

19.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

XXXXXXX-BA, ____ de _____ de 20xx.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO/BA
REPRESENTANTE – XXXXXXXX
AUTORIDADE COMPETENTE

EMPRESA
REPRESENTANTE
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



ANEXO I-(A) - MINUTA DE CONTRATO
MATRIZ DE RISCOS
(Art. 92, IX, Lei n. 14.133/21)

INTRODUÇÃO: A presente Matriz de Riscos tem por finalidade identificar, avaliar e alocar os riscos inerentes à execução contratual, definindo a responsabilidade por sua gestão e mitigação, em observância ao art. 92, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a adequada execução do objeto.

Risco 01	Risco:	Serviço prestado de forma inadequada, insatisfatória e/ou ineficiente.	
	Probabilidade:	MÉDIA	
	Impacto:	MÉDIO	
	Danos (Consequências):	<ul style="list-style-type: none">- Descumprimento de cláusulas contratuais e não concretização da política pública e/ou atividade administrativa;- Possibilidade de inexecução e extinção do contrato.	
		Ação Preventiva	Responsável: CONTRATANTE E CONTRATADA
	1	Estabelecer comunicação com a empresa, informando de maneira clara como devem ser executados os serviços, inclusive com o nível de qualidade esperado, de forma a garantir que a empresa tenha plena ciência e conhecimento do resultado a ser entregue.	CONTRATANTE (Gestor e Fiscal de contrato)
	2	Fiscalizar e acompanhar o contrato, atentando para a devida qualidade técnica na realização das atividades e para a manutenção das condições de contratação exigidas.	CONTRATANTE (Gestor e Fiscal de contrato)
		Ação de Contingência	Responsável
	1	Comunicação tempestiva e reiterada à empresa para regularização das pendências apontadas.	CONTRATANTE (Gestor e Fiscal de contrato)
	2	Abertura de processo administrativo para averiguação do problema e apuração de responsabilidade.	
	3	Aplicação de penalidades.	

Risco 02	Risco:	Solicitações de execução do objeto além da capacidade de controle e de fiscalização, haja vista a nomeação de atores sem as competências necessárias à fiscalização.	
	Probabilidade:	MÉDIA	
	Impacto:	MÉDIO	
	Danos (Consequências):	<ul style="list-style-type: none">- Sobrecarga de trabalho para os fiscais do contrato.- Fragilidades na gestão e fiscalização contratual, que geraram atestes errados dos resultados entregues e risco de pagamentos indevidos à empresa.- Falta de atendimento ou atraso no atendimento das demandas.- Execução sem acompanhamento por pessoal sem a qualificação adequada, acarretando má qualidade nos produtos entregues ou serviços prestados.	
		Ação Preventiva	Responsável: CONTRATANTE



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



	1	Providenciar capacitação para servidores do órgão/entidade que atuam como fiscais de contrato.	(Unidade Requisitante e Gestor e Fiscal de contrato)
	2	Alta administração mantém quadro de servidores/empregados com capacitação adequada a exercer os vários papéis na gestão contratual	
	3	Representante da administração que for nomeado para atuar na fiscalização ou gestão contratual que não detenha competências para tal notifica formalmente autoridade que o nomeou sobre sua falta de competência.	
	4	Realizar reuniões de planejamento a fim de priorizar o que deverá conter na Ordem de Serviços/Fornecimentos, possibilitando melhor aproveitamento das demandas efetuadas a contratada.	
		Ação de Contingência	Responsável: CONTRATANTE
	1	Implantação de controles internos e fluxos de processos de aprovação, a fim de compatibilizar as demandas de serviços/fornecimentos à disponibilidade e vazão da equipe para gerenciar e validar adequadamente os serviços/fornecimentos entregues.	(Gestor e Fiscal de contrato)

Risco 03	Risco:	Remoções lentas, atendimento fora do prazo, falhas na guarda dos veículos.	
	Probabilidade:	BAIXO	
	Impacto:	BAIXA	
	Dano (Consequência):	Reclamações de cidadãos, danos ao veículo, responsabilidade civil do Município.	
		Ação Preventiva	Responsável: CONTRATANTE
	1	<input type="checkbox"/> Definir SLA (tempo máximo de atendimento) no contrato; <input type="checkbox"/> Exigir frota mínima e operadores treinados; <input type="checkbox"/> Fiscalização periódica pela Administração.	(Gestor e Fiscal de contrato)
		Ação de Contingência	Responsável: CONTRATANTE
	2	<ul style="list-style-type: none">• Aplicação imediata de penalidades; <input type="checkbox"/> Acionamento de veículos-reserva; <input type="checkbox"/> Reorientação operacional e reforço de equipes.	(Gestor e Fiscal de contrato)

Risco 04	Risco:	Risco de avarias, perda de peças, ou até desaparecimento de itens/veículos sob custódia.
	Probabilidade:	BAIXO
	Impacto:	BAIXA



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



	Dano (Consequência):		Responsabilização do Município e judicialização.
		Ação Preventiva	Responsável: CONTRATADA
	1	<input type="checkbox"/> Inventário fotográfico obrigatório na entrada; <input type="checkbox"/> Sistema de monitoramento 24h; <input type="checkbox"/> Seguro total contratado pela empresa.	Empresa / cláusulas contratuais definidas
		Ação de Contingência	Responsável: CONTRATADA
	2	<input type="checkbox"/> Indenização imediata ao proprietário; <input type="checkbox"/> Abertura de sindicância; <input type="checkbox"/> Substituição urgente de funcionários envolvidos.	cláusulas contratuais definidas

Risco 05	Risco:		Superlotação do pátio: Entrada maior do que a capacidade de guarda.
	Probabilidade:		MEDIO
	Impacto:		MÉDIA
	Dano (Consequência):		Riscos de danos, desorganização e perda de rastreabilidade.
		Ação Preventiva	Responsável: CONTRATADA
	1	<input type="checkbox"/> Controle de capacidade; <input type="checkbox"/> Atualização de inventário semanal; <input type="checkbox"/> Procedimentos de leilão periódico	cláusulas contratuais definidas
		Ação de Contingência	Responsável: CONTRATADA
	2	<input type="checkbox"/> Uso de pátio adicional contratado; <input type="checkbox"/> Reorganização do espaço existente; <input type="checkbox"/> Aceleração dos processos de destinação.	cláusulas contratuais definidas

Risco 06	Risco:		Falta de veículos e equipamentos adequados: Guinchos insuficientes, sem manutenção, ou pátio inadequado.
	Probabilidade:		MEDIO
	Impacto:		MÉDIA
	Dano (Consequência):		Atrasos e insegurança.
		Ação Preventiva	Responsável: CONTRATADA
	1	<input type="checkbox"/> Vistoria inicial da frota; • Plano de manutenção preventiva; • Exigência de veículos-reserva.	Empresa / cláusulas contratuais definidas
		Ação de Contingência	Responsável: CONTRATADA
	2	• Substituição imediata dos equipamentos; • Ajuste do cronograma de atendimento;	Empresa / cláusulas contratuais definidas



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



		<ul style="list-style-type: none">Contratação emergencial complementar (se necessário).	
--	--	---	--

Risco 07	Risco:		Falha no sistema de controle e rastreamento: Inconsistências no registro de entrada/saída e histórico do veículo
	Probabilidade:		MEDIO
	Impacto:		MÉDIA
	Dano (Consequência):		Processos administrativos incorretos, perda de informações.
		Ação Preventiva	Responsável: CONTRATADA
	1	<ul style="list-style-type: none">Sistema digital homologado;Backup diário;Treinamento de operadores.	cláusulas contratuais definidas
		Ação de Contingência	Responsável: CONTRATADA
	2	<ul style="list-style-type: none">Uso de registros manuais provisórios;Acionamento da equipe de TI;Recuperação de dados via backup.	Empresa / cláusulas contratuais definidas

LEGENDA:

- Risco:** Acontecimento capaz de impactar o objeto da contratação.
- Dano:** Impactos gerados pelo risco, quando ocorrido.
- Probabilidade:** Chance de o acontecimento de risco ocorrer.
- Níveis de impacto:**
 - **Baixo:** Danos que não afetem o processo/serviço.
 - **Médio:** Danos que afetem parcialmente o processo/serviço, gerando atraso ou interferindo de alguma forma em sua qualidade.
 - **Alto:** Danos que afetem a essência do processo/serviço, impedindo sua execução.
- Ações Preventivas:** Providências que impeçam ou diminuam a probabilidade do risco ocorrer.
- Ações de Contingência:** Providências que resolvam ou pelo menos diminuam os danos causados pelo risco.

ANEXO IV - MODELO

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/20XX

MODALIDADE – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

TIPO – MAIOR OFERTA



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



_____(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), _____(CNPJ Nº), sediada no
(a) _____
(ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no
procedimento licitatório referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de
conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo
comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incursa em nenhum dos impedimentos
elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa
plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Cidade, ____ de _____ de 20XX.

(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



ANEXO V - MODELO

DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CARGOS RESERVADOS PREVISTO EM LEI

_____(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), _____(CNPJ Nº),
sediada no (a) _____ (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que a
empresa possui a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência
Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213,
de 24 de julho de 1991.

Cidade, ____ de _____ de 202X.

(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa).



ANEXO VI - MODELO
DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, OU COOPERATIVA ENQUADRADA
NO ARTIGO 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/20XX
MODALIDADE – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
TIPO – MAIOR OFERTA

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital da Concorrência **Eletrônica nº XXX/20XX**, promovido pela PREFEITURA DE MUNICIPAL DE PORTO SEGURO, marcado para às **XX:00** horas do dia **XX/XX/20XX**, que a empresa (nome completo) – CNPJ n.º _____, com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

Cidade, ____ de _____ de 20XX.

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**



ANEXO VII - MODELO

DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 68, INCISO VI, DA LEI 14.133/2021).

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/20XX

MODALIDADE – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

TIPO – MAIOR OFERTA

A signatária _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu responsável legal _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, declara para os devidos fins do disposto no art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Sim() Não ()

Cidade, ____ de _____ de 20XX.

(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa).



ANEXO VIII - MODELO

DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE QUE A PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS (art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021).

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/20XX

MODALIDADE – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

TIPO – MAIOR OFERTA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu responsável legal _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, declara para os devidos fins do disposto no art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Cidade, ____ de _____ de 20XX.

(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa)